

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/37340	49589/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

João Vasconcelos Barros Rodrigues (1 / 1)
Presidente da Câmara Municipal
Data Assinatura: 18/11/2025
HASH: 727a7aeef1a280377f3c4e669c031f9



Órgão | Câmara Municipal de Braga

Assunto | Ratificação de atos administrativos | Fiscalização urbanística

Considerando que:

1. No período que mediou a realização das eleições autárquicas (12/10/2025) e a tomada de posse dos novos órgãos eleitos (03/11/2025), foram adotadas diversas medidas de reposição da legalidade urbanística, nos termos do *Regime jurídico da Urbanização e da Edificação*, na sua versão atual.
2. Nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do *Regime de Gestão Limitada dos órgãos das autarquias locais e seus titulares*, na sua versão atual, durante o período de gestão limitada, caducam as delegações de competência feitas pela Câmara Municipal no Presidente da Câmara.
3. O mesmo sucede com as competências subdelegadas nos Vereadores.
4. Não obstante, resulta do mesmo diploma o tratamento excecional que deve ser dado a atos correntes e inadiáveis.
5. Neste sentido, e porque o Departamento de Fiscalização, além do controlo da legalidade urbanística, assegura também competências específicas no controlo da segurança e salubridade das edificações, precavendo e evitando amiúde riscos de ruína e a consolidação de outros perigos para a via pública.
6. Mesmo no que concerne à fiscalização urbanística, sustentar todos os procedimentos em curso, lesaria gravemente o interesse público e provocaria a estagnação do ritmo normal de trabalho, fazendo proliferar, por um lado, um sentimento de impunidade entre os promotores e, por outro, as irregularidades urbanísticas, cujo adiamento de tratamento implicaria perda de efetividade na intervenção do município.
7. Assim, foi entendimento dos serviços, considerando a natureza dos atos aqui em causa, prosseguir com os procedimentos e os prazos neles previstos, de molde a não defraudar a expectativa dos munícipes e a salvaguardar os interesses pelos quais nos compete zelar.
8. Foram então praticados atos feridos do vício de incompetência relativa que, nos termos do n.º 3 do Artigo 164.º do *Código de Procedimento Administrativo*, na sua redação atual, devem ser ratificados pelo órgão competente para a sua prática.
9. Os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo encontram-se plenamente preenchidos, uma vez que:
 - a) O conteúdo do ato anulável não poderia ser outro, uma vez que é um ato vinculado e a análise do caso concreto não permite identificar outra solução além da adotada;
 - b) O fim visado pela exigência de prática do ato pela câmara municipal foi plenamente alcançado pela prática do mesmo pelo presidente e/ou Vereador;

c) Mesmo sem o vício aqui em causa, o ato teria sido praticado com o mesmíssimo conteúdo.

Somos a propor:

1. Que se proceda à ratificação do ato originalmente praticado, nos termos e com os fundamentos constantes dos documentos instrutórios da presente proposta, sanando-se assim o vício identificado e mantendo-se, na íntegra, o seu conteúdo decisório, uma vez que é adequado e legal.

Nos termos do já invocado *n.º 5 do artigo 164.º do CPA*, não tendo havido alteração ao regime legal vigente, a ratificação retroage os seus efeitos à data dos atos a que respeitam, permanecendo todos os efeitos jurídicos produzidos pelo ato original desde a sua data, como se o vício não tivesse existido.

2. A notificação de todos os interessados do ato ora praticado.